

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.149 - SP (2015/0213777-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A**
ADVOGADOS : **PAULO RENATO FERRAZ NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP138990**
MÁRCIO MADUREIRA - SP190279
EMBARGADO : **AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO PAULO-ARTESP**
PROCURADOR : **ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP085374**
EMBARGADO : **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S/A**
ADVOGADOS : **CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(S) - SP102090**
MARCOS DOS SANTOS LINO - SP271262

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A, contra decisão de minha lavra, publicada em 13/08/2019, que deu parcial provimento aos Recurso Especiais manejados pela ARTESP e pela VIAOESTE S/A, determinando o retorno dos autos à origem, para que se verifique a existência de previsão contratual, de modo a permitir que o poder concedente autorize a concessionária a efetuar a cobrança pela utilização das faixas de domínio.

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"Com efeito, as duas r. decisões embargadas, determinaram o retorno dos autos à origem 'para que se verifique a existência de previsão contratual, de modo a permitir que o poder concedente autorize a concessionária a efetuar a cobrança pela utilização das faixas de domínio, nos termos da fundamentação'

Entretanto, a análise contratual e, conseqüentemente, probatória já foi realizada nas duas instâncias inferiores, sendo que a baixa dos autos para nova análise contratual constitui reanálise de provas, o que é descabido nesta fase recursal e contraria as Súmulas nº 5 e nº 7 desta mesma Corte Superior.

(...)

Não obstante, a Recorrida em suas contrarrazões de Recurso Especial, datadas de 30/08/2012, mais precisamente nos itens 19 e 20, destaca a necessidade de observância ao princípio da modicidade tarifária nos serviços públicos de energia elétrica, que são essenciais e universais, o que não ocorre na concessão de rodovias já que o

número de consumidores e usuários é muitíssimo inferior àqueles que utilizam energia elétrica.

Entretanto, as r. decisões embargadas também são omissas quanto a esse ponto, já que nada dizem a respeito" (fls. 1.733/1.734e).

Por fim, requer "de V. Excelência a correção dos pontos omissos acima descritos, a fim de exaurir a prestação jurisdicional no presente caso" (fl. 1.734e).

Nas razões de impugnação, a parte embargada pugna pela rejeição dos Embargos Declaratórios (fls. 1.741/1.748e), com a imposição de multa, prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/2015, diante de seu caráter meramente protelatório.

De início, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

In casu, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, no sentido de que o acórdão recorrido adotou orientação em dissonância com a jurisprudência desta Corte, que, no julgamento do EREsp 985.695/RJ, definiu a oportunidade de o poder concedente, com base no art. 11 da Lei 8.987/95, estabelecer, no edital de licitação, a possibilidade de a concessionária obter fontes de "receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, **para favorecer a modicidade das tarifas**".

Ressalte-se, ainda, que o parcial provimento dos Recursos Especiais, com a determinação de retorno dos autos à origem, para que se verifique a existência de previsão contratual, de modo a permitir que o poder concedente autorize a concessionária a efetuar a cobrança pela utilização das faixas de domínio, não implica em ofensa às Súmulas 5/STJ e 7/STJ, tendo em vista que a vedação à análise de cláusula contratual e incursão no conteúdo fático-probatório dos autos não se aplica à instância de origem.

Assim, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS DO ART.

1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO QUE NÃO FOI CONHECIDO. ANÁLISE DE MÉRITO. NÃO CABIMENTO. PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO. VERIFICAÇÃO PERANTE AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição e omissão da decisão recorrida, ou, ainda, para correção de erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de qualquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Não podem ser acolhidos aclaratórios que, a pretexto de alegadas obscuridades e omissões no julgado embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

4. Não tendo sido sequer conhecido o recurso, não há falar em omissão em razão da ausência de análise do mérito da insurgência.

5. A verificação de eventual prejudicialidade da ação, em decorrência de superveniente alteração na legislação municipal, se afigura incabível na presente seara especial, cabendo à parte apresentar seu pleito perante as instâncias ordinárias.

6. Embargos de declaração rejeitados (STJ, EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1.414.168/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/11/2019).

Por fim, não deve ser acolhido o requerimento da parte embargada para que seja imposta a multa, prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015, eis que o mero inconformismo com a decisão embargada não enseja a necessária imposição da sanção, quando não configurado o caráter manifestamente protelatório dos Embargos de Declaração.

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora